



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

Palácio do Planalto, 11 de março de 2004

Primeiro, bom dia a todos os conselheiros e conselheiras do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Bom dia aos meus companheiros ministros e ministras que estão participando do Conselho.

Como não ouvi as palavras do companheiro Gushiken, quero começar dizendo ao companheiro Furlan que foi muito importante abrir este debate sobre política industrial com o Conselho, porque todos vocês são homens e mulheres bem informados e sabem quantos anos passamos no Brasil ouvindo os governos dizerem que não era necessário política industrial.

Durante dezenas de anos se dizia que o Brasil não precisaria discutir política industrial. E todo mundo sabe que não é difícil fazer uma política industrial, pelo menos colocá-la no papel. Não faltam, no Brasil, consultorias especializadas em produzir livros de 150 páginas sobre política industrial, como não faltam no Brasil especialistas, acadêmicos ou as próprias entidades empresariais para fazerem isso. O difícil é sair da teoria e tentar fazer concretamente uma política industrial.

E eu queria dizer ao companheiro Jaques Wagner que ele faz a primeira reunião, substituindo o nosso querido Tarso Genro, que certamente vai deixar saudades no Conselho, mas que vai ganhar muita simpatia no Ministério da Educação. E o Jaques Wagner, certamente, continuará fazendo essas reuniões do Conselho, com a mesma competência com que o Tarso Genro fazia, tentando provocar o Conselho para que possa produzir propostas políticas para que o Governo as execute.

Nem sempre é fácil. Cada um de vocês, certamente, tem um modelo na cabeça. E eu conheço algumas centenas que já tiveram, que já passaram pelo



Governo, que já foram ministros da Indústria, Comércio e Desenvolvimento e que não conseguiram executar, porque não é uma coisa fácil. É uma coisa complicada. Quando a gente teoriza, o resultado é fantástico. Quando a gente tenta executar, lidamos com interesses diferenciados, lidamos com divergências entre setores industriais, percebemos que não avançamos tanto em ciência e tecnologia e que precisamos avançar, e aí nós percebemos que o ser humano é mais complicado do que nós possamos imaginar.

Só para vocês terem uma idéia, nós tomamos a iniciativa de recuperar parte das ferrovias brasileiras e tentar fazer alguns trechos que significam um gargalo muito difícil para o crescimento das exportações brasileiras.

E eu me lembro que, quando saí da Vilares, em 1971, ela estava deixando de produzir motores de navio, em São Bernardo do Campo, para produzir locomotivas, em Araraquara. Na década de 80, montou uma fábrica que chegou a ter 3 mil trabalhadores, dentre os quais vários companheiros meus da Vilares Equipamentos, em São Bernardo do Campo.

Essa fábrica não existe mais. O Brasil não só não produz mais locomotivas, como os vagões que temos capacidade de produzir não atendem à demanda. Mas o que é mais grave é que vamos ter que importar trilhos, porque o Brasil não produz mais trilhos. E estamos precisando importar mil vagões, estamos precisando importar 100 locomotivas, fora a quantidade de trilhos enormes que não precisam de grandes tecnologias.

Seria necessário apenas que não tivessem sido desativadas as nossas ferrovias e teríamos a capacidade de produzir os trilhos e os dormentes necessários, para que pudéssemos recuperar as nossas ferrovias.

Esses dias eu me deparei com uma daquelas coisas que só acontecem num país como o Brasil. Faz pelo menos 30 anos que eu ouço falar da necessidade de uma ligação entre o Brasil e o Pacífico. E, esses dias, conversando com o governador do Mato Grosso do Sul, depois de voltar de Santa Cruz de La Sierra, numa conversa com o presidente Carlos Mesa, eu



tomei conhecimento de que já existe uma ferrovia que liga o Brasil ao porto de Antofagasta no Chile, que está pronta na Argentina, que está pronta no Chile, que está pronta na Bolívia e que, de Santos até a Bolívia, com apenas 80 milhões de reais, nós colocaríamos essa ferrovia para funcionar. Eu estou falando que com apenas 80 milhões de reais nós colocaríamos essa ferrovia para funcionar.

Acontece que a empresa que privatizou, a empresa que comprou – eu não vou citar o nome aqui para não fazer nem *merchandising* favorável nem contrário – está tão endividada que não pode sequer ter acesso aos 80 milhões de reais para fazer essa ferrovia voltar a funcionar, embora precise apenas recuperar alguns trilhos e colocar dormentes novos, porque estão estragados.

Eu pedi ao presidente do BNDES que colocasse como prioridade máxima arrumar uma empresa que tenha condições de fazer o investimento, para que possamos colocar essa ferrovia para funcionar, e que a gente tente utilizar ao máximo possível essa ferrovia como ligação de transporte entre quatro países, o que não é pouca coisa.

Então, é algo que já está pronto. Alguém, muito antes de nós, quem sabe há 30, 40 anos, pensou nisso. E os que vieram depois, não só não deram continuidade, como esqueceram que existia essa ferrovia.

E aí ficamos pensando numa rodovia via Peru, numa rodovia via Colômbia, numa rodovia via “não sei o quê” quando, com 80 milhões, nós colocaremos para funcionar uma ferrovia que liga o Brasil ao Pacífico e que pode facilitar tanto o transporte de carga, quanto o transporte de turistas neste país.

Mas não é apenas isso. Na semana passada eu convoquei uma reunião, depois da reunião do dia 6 que fiz com os ministros, para redefinir prioridades do Governo. E definimos 31 prioridades, ou seja, as prioridades das prioridades.

Cada ministro fez uma relação das suas prioridades. Dentre as



prioridades dos ministros, nós redefinimos aquelas que eram as principais do Governo e não do ministério. E dentre essas 31 nós vamos escolher as prioridades das prioridades, ou seja, aquelas que vão ser o nosso número um.

E para que isso? Para que possamos utilizar o pouco orçamento que nós temos. E se tivermos que escolher entre colocar 10 mil reais em cada obra, é melhor colocarmos 100 numa só e terminar essa obra, para que comece a funcionar e não tenhamos 10 pedaços funcionando.

Eu vou dar um exemplo que eu acho importante. Vocês são pessoas muito bem informadas, que fazem muitas palestras e que precisam ajudar a divulgar essas coisas. Nós retomamos, a partir de junho do ano passado, a construção de 17 hidroelétricas; dezessete hidroelétricas que tinham sido licitadas em 2001 e que, com o “apagão”, simplesmente pararam. Quando nós começamos a retomar as obras, meus companheiros dirigentes sindicais, em várias delas já estava para vencer o aviso prévio dos trabalhadores. Essas 17 foram retomadas, já estão em ampla atividade, e temos mais 18 para retomar. São de empresas que foram licitadas em 2001 e depois, veio o “apagão”, o racionamento e, simplesmente, os empresários pararam de fazer os investimentos. Algumas que não tinham nem licença, porque no Brasil era assim: as pessoas pensavam um projeto, faziam o projeto, acertavam o financiamento e, depois que tudo estava pronto, lembravam que tinha o Ministério do Meio Ambiente, que tinha o Ibama e que tinham que pedir licenciamento. E, aí, quando o Ibama ou o Ministério do Meio Ambiente descobriam que alguma coisa estava incorreta, eram obrigados a paralisar para conseguir isso.

Foi aí que a companheira Marina criou uma palavra chamada transversalidade – bonita e difícil de falar – para quando um ministério pensar em fazer qualquer investimento ou qualquer projeto, o ministério do Meio Ambiente e o Ministério Público comecem a trabalhar na elaboração desse projeto desde o começo, de forma que, quando estiver pronto, já esteja



concluída também a política de licenciamento, pelo ministério do Meio Ambiente, pelo Ibama e seus similares.

Nós chegamos ao cúmulo de ter, em São Paulo, uma divergência entre o Ibama de São Paulo e o Ibama nacional para liberação da licença de um projeto. E, quando os Ibamas concordam, um cidadão qualquer que entre com uma ação provoca o Ministério Público, que entra com outra ação e consegue o embargo de uma obra, que fica, às vezes, dezenas de anos parada, sem que continue a funcionar.

Na semana passada, fizemos uma reunião com todos os ministérios de infra-estrutura, com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica Federal, com o BNDES. No dia 19, terei uma reunião com todos esses ministros outra vez, com a companheira Marina, com o chefe nacional do Ibama, com o procurador-geral da República, que é para definirmos concretamente todos os gargalos existentes e um prazo para que sejam resolvidos. Nós temos que dizer sim ou não num prazo mais rápido, para não permitirmos que fiquemos sem dizer nem sim nem não durante tantos anos, como estamos hoje, com tantas obras que estão paralisadas no Brasil.

Estamos trabalhando a transposição das águas do rio São Francisco e só vamos anunciar quanto estiver concluído o trabalho não só do projeto em si, mas também as questões do licenciamento, para que a gente anuncie, coloque as máquinas para trabalhar e não tenhamos que parar três meses depois porque alguém levantou um problema qualquer que paralisou a obra.

Isso que estou falando vocês conhecem sobejamente bem mas, possivelmente, uma grande parcela da sociedade não saiba. O Roger pode dizer para vocês, no debate aqui, quanto de investimento ele pode fazer em determinados estados da Federação e que, muitas vezes, o Ibama local – não é nem o Ibama federal – não permite que as coisas funcionem. Então, empregos que poderiam estar sendo gerados rapidamente – em alguns estados até 24 mil empregos – ficam esperando o tempo político ou ficam



esperando, quem sabe, a idéia de que alguém quer tirar vantagem sobre tal projeto.

Nós vamos trabalhar isso com o carinho e a firmeza de um cidadão que começou, durante a campanha, a dizer “Lula paz e amor” e que continua mais “paz e amor” do que nunca, tentando fazer as coisas por convencimento.

Temos uma política imensa de gasoduto para fazer no Brasil, que vamos discutir nessa reunião do dia 19. Temos a 6ª rodada das plataformas da Petrobrás para prospecção de petróleo e para empresas estrangeiras, com a possibilidade de um fluxo de investimento de quase 20 bilhões de reais. Isso não pode ser feito de forma desassombrada e nem pode ser feito às pressas, tem que ser feito concomitantemente com o Ministério do Meio Ambiente, para que a gente não anuncie em setembro e pare de fazer em agosto, porque detectamos que tem alguma coisa errada.

Como nós não estamos pensando em fazer um programa para um governo ou um programa para uma eleição, mas estamos tentando construir as bases sólidas para uma nação, nós não temos pressa de demorar um mês ou dois meses a mais, de recebermos mais ou menos críticas, queremos fazer as coisas com a solidez que uma nação precisa ter para que possa crescer de forma sustentável e gerar riquezas.

Fazer a coisa com seriedade leva mais tempo, fazer a coisa com responsabilidade leva ainda muito mais tempo, mas eu prefiro isso porque todos nós aqui somos passageiros e, o Brasil, eu espero que seja eterno, e que nunca aconteça nada com o planeta.

Por isso é que muitas vezes as coisas demoram e não saem com a pressa que todos nós gostaríamos que saíssem. Eu quero lembrar aos companheiros que antigamente tinha uma aguinha para o presidente, aqui embaixo, e que hoje não tem mais – deve ser economia, por causa do orçamento.



Eu quero lembrar aos companheiros umas coisas interessantes que vocês precisam saber. O Governo preparou um orçamento, feito com o critério e a responsabilidade que vocês sabem que tem o companheiro Guido Mantega, que tem o companheiro Palocci.

Esse orçamento previa uma verba de 402 bilhões de reais para este ano. Disso tudo sobraria pouco para investimento, aproximadamente uns 11 ou 12 bilhões de reais. O orçamento do Governo vai para o Congresso e o Congresso, possivelmente com a mesma seriedade e com a mesma metodologia, ou quem sabe com critérios novos, encontrou uma forma de dizer que nós iríamos arrecadar 413 bilhões. Ou seja, 11 bilhões a mais.

Eu tenho tentado fazer na política aquilo que eu faço na minha vida pessoal e na minha vida familiar, ou seja, eu nunca gastei mais do que eu recebi. Eu, muitas vezes, fiquei anos sem comprar uma coisa nova para dentro de casa para não fazer uma dívida. Eu não sou daqueles que em janeiro gasta o 13º. Eu era daqueles que esperava receber para gastar, para ter certeza de que eu iria receber. Mas tem gente que, se puder, gasta em janeiro o 13º dos próximos 10 anos.

O ser humano recebe uma notícia assim: eu dou três notícias para vocês e vocês sempre ficam com aquela que melhor lhes interessa. Não é nem a mais verdadeira, é a que mais lhes interessa. Então, você passa a trabalhar com as coisas mais fáceis.

Obviamente que eu preferia ter trabalhado com 413 bilhões do que com 402. Até vocês Maurinho, Paulinho, gostariam de trabalhar e gastar o dobro do que vocês ganham por mês, mas não podem. Então, nós fizemos uma mediação, apertamos daqui, apertamos dali, tiramos dinheiro daqui e dali e chegamos a um orçamento de 406 bilhões.

Então, vejam uma coisa interessante: na verdade, ao invés de ter havido contingenciamento, houve um aumento no orçamento do Governo, de 402 para



406 bilhões. Mas como era mais fácil acreditar na proposta vinda da Câmara, o da Câmara passou a ser o verdadeiro e o fato de nós não aceitarmos o da Câmara criou, para a sociedade e para vocês, a idéia de que nós contingenciamos.

Fico imaginando se a Câmara tivesse agido com irresponsabilidade e tivesse colocado 600 bilhões no Orçamento. O que seria de nós, que estávamos trabalhando com os dados de que dispomos tanto no Planejamento quanto na Fazenda?

E para fazer isso, meu caro Neto, é preciso apenas ter uma coisa: ter decidido na cabeça o que desejamos para este país. Vocês, mais do que ninguém, os sindicalistas sobretudo, já foram vítimas neste país de planos mirabolantes. Cada ministro da Fazenda que entrava neste país inventava um plano, o seu plano, o seu nome, o seu sucesso. Eu me lembro do que sindicalistas diziam quando o Collor inventou o seqüestro da poupança. Eu me lembro quantos sindicalistas importantes diziam: “Agora, sim. Agora, está bom, porque eu estou igual ao dr. Roberto Marinho. Sabe, nós só temos 50 mil na poupança.” É mais fácil acreditar numa mentira, é mais fácil acreditar numa coisa fácil do que acreditar numa verdade dura.

E vocês sabem que as coisas no Brasil e na América Latina não são fáceis, nem para o Brasil nem para a Argentina, para nenhum país. Graças a Deus, o povo soube escolher e está escolhendo as pessoas certas, que vão fazer as coisas com o cuidado que devem ser feitas, mas com a seriedade de que não pode prescindir um Chefe de Estado.

Eu tomei a decisão de que este país não teria um “Plano Lula”. Agora mesmo, fomos pegos de surpresa – não de surpresa, porque a Justiça já vinha demonstrando – mas, neste ano, só para vocês terem idéia, do Plano Real, da URV, que vem de 1993 ou 94, estamos falando, portanto, de 10 anos atrás, o sucesso daquele plano está fazendo com que eu, agora, tenha que pagar 12 bilhões e 400 milhões de reais para os aposentados, o que não estava no



Orçamento. É como se chegasse no final do mês, na fábrica de vocês ou mesmo na folha de pagamento do sindicato, e aparecesse uma conta de mil funcionários a mais que você nem sabia que estavam contratados. E não vamos ter como não pagar. Poderemos tentar negociar, mas temos que pagar, porque é um direito líquido e certo dos aposentados brasileiros. Da mesma forma que a União teve que pagar 40 bilhões atrasados por causa do Plano Bresser, do Plano Collor.

Então, tomei a decisão: não é justo para com o Brasil que nós inventemos o “Plano Palocci” ou o “Plano Lula” ou um plano qualquer, para ter sucesso de meio-dia ou de meia hora e, depois, alguém ter que arcar com o prejuízo. E quem arca é o próprio povo, porque, na hora em que o Estado não tiver como pagar, vai aumentar o imposto. Todo mundo sabe disso.

Então, quero chamar a atenção de vocês para uma coisa: com todas as críticas que possamos merecer e que a política econômica certamente merece, uma coisa vocês deveriam reconhecer: é a primeira vez, na História do Brasil, que estamos conquistando a estabilidade sem nenhuma invenção econômica.

O que estamos fazendo? Na verdade, estamos colocando aquilo que antigamente se fazia: o fio do bigode. Nós estamos apostando na credibilidade, estamos apostando na seriedade para não fazer nenhuma coisa apressada.

Vocês sabem – e aqui deve ter um médico – que há médico que, quando você leva uma criança pequena que está com uma crise de bronquite, ele fala: “É bronquite, meu filho. Vamos fazer uma inalação, vamos ficar olhando.” Tem outro que a primeira coisa que faz é meter antibiótico no moleque e o antibiótico vem causando prejuízos subseqüentes até as crianças ficarem com problemas causados pela quantidade enorme de antibiótico.

Nós não teremos antibióticos. Nós vamos fazer as coisas como precisam ser feitas, do jeito que precisa ser feito, sem perder de vista que um Presidente da República não governa para as próximas eleições, ele tem que pensar nas



próximas gerações. Isso também não é novo, todo mundo já falou neste país, mas eu também não poderia passar sem falar, de que um Presidente da República governa para as outras gerações.

Preparar o Brasil que nós queremos não é inventar como gerar empregos. É que a angústia deve ser de sindicalistas, eu sei como é porque é a minha. Ou seja, a angústia de gerar empregos....há quem diga até que o Estado deveria ter muito dinheiro para pagar para jovens trabalharem, fazer coisa pública, e isso seria ótimo se nós tivéssemos o dinheiro.

Mas o emprego que nós precisamos construir é um emprego sólido, que advenha da geração de crescimento econômico, da geração de riqueza. Esse é o emprego que interessa. Para esse emprego nós temos que ter uma coisa sólida, é só a economia voltar a crescer e vocês sabem que ela vai crescer.

Eu quero dizer para vocês que não há como a economia brasileira não crescer este ano. Possivelmente não crescerá o tanto que nós gostaríamos que crescesse, mas vai crescer de forma sustentável para que cresça mais o ano que vem, para que cresça mais em 2006 e para que cresça mais em qualquer momento.

De vez em quando eu ouço as críticas, não discuto se justas ou injustas, sobre as taxas de juros que ficam como se fossem o “bode expiatório” de todo o problema do Governo ou de todo o país.

É verdade, até ontem o presidente do Banco Central reconheceu que a taxa de juros é alta. Ontem o Meirelles reconheceu. Mas é engraçado, ela é alta mesmo, mas é a mais baixa dos últimos 10 anos, do ponto de vista dos juros reais. E ainda é alta. Todo mundo reconhece, do mais simples mortal brasileiro ao mais importante dirigente do país, todo mundo reconhece que as taxas de juros reais ainda são elevadas, se comparadas às de outros países.

Mas para a taxa de juros ser baixa, é preciso que o país tenha solidez e credibilidade. Outro dia, eu conversava com um companheiro meu, para que ele compreendesse um pouco o que é, porque o Brasil paga caro os juros. Fico



imaginando aqui o Roberto Setúbal chegar para um funcionário do Banco Itaú e dizer que perdeu a carteira, foi assaltado, e pedir mil reais emprestados para pagar uma semana depois; ele pergunta para o funcionário: quanto é que você quer de juro? Certamente ele vai falar para o Roberto: não quero nada, você me devolve daqui a uma semana os mil reais.

Agora, sai o Roberto Setúbal e manda um outro qualquer ir pedir os mesmos mil reais para o funcionário do Itaú, que ele vai dizer: olha; eu quero 50% no mês que vem. Porque isso é uma questão de credibilidade. Vocês empresários sabem que, neste país, quando o Governo perdeu a total credibilidade, não tinha mais como oferecer os juros altos, porque juro alto demais também a sociedade não acredita. Qualquer investidor sabe que se alguém que está aí oferecendo juros astronômicos é porque alguma coisa não está bem.

Quando aquele cara chegar para você – nas fábricas vocês sabem que isso acontece muito – um companheiro chega para o chefe e fala: ô fulano, me empresta 100 reais, eu te pago 200 amanhã; o cara fala: vai me enganar, porque está propondo demais no pagamento, se tivesse 100 para me pagar amanhã não precisava tomar meus 100 emprestados hoje.

Então, quando nós não tínhamos mais isso para fazer, o que foi feito no Brasil? Se dolarizou a dívida interna e, aí, nós chegamos a ficar mais vulneráveis do que já éramos. E não enveredamos por esse caminho. Vocês são testemunhas vivas de que nós fizemos uma opção concreta de que não deveríamos enveredar.

E, hoje, estou aqui, na frente de vocês, um ano e três meses depois, para dizer: não há nenhuma hipótese de que a economia brasileira não cresça neste ano – nenhuma. Mesmo a empresa do mais pessimista empresário vai crescer – basta que ele não atrapalhe –, porque estou convencido de que as regras que já foram estabelecidas e as que estão sendo estabelecidas me dão essa garantia.



Não sei se vocês perceberam alguma coisa que o José Dirceu disse aqui e que foi aprovada, eram coisas que estavam há 12 anos no Congresso Nacional e que nós aprovamos em 12 meses. E, agora, falta aprovar o PPP, que espero que a gente aprove o mais rápido possível. A Câmara dos Deputados e o Senado têm trabalhado com uma disposição excepcional de contribuir para que as coisas aconteçam. O marco regulatório do setor elétrico foi aprovado, contra o pessimismo de alguns que achavam que não passava. Passou. E passou bem, com a adesão dos deputados e dos senadores da República. A Lei de Falências vai ser aprovada. Não tenho dúvida de que não há nada que interesse às mudanças estruturais deste país que não passem no Congresso Nacional.

E, Furlan, essa idéia de criar uma espécie de Embrapa para a política industrial é uma coisa excepcional. Acho que precisamos criar uma coisa mais sólida, que não fique à mercê da disposição ou não de um ministro apenas, que não fique subordinada às intempéries de um ministro, mas que possa ser uma coisa de tamanha solidez de conhecimento, como se tornou a Embrapa, que hoje é responsável pelo sucesso extraordinário do nosso agronegócio e das nossas exportações. Acho que é uma idéia extremamente importante. Acho que o Conselho deve debater e aprofundar isso, porque seria muito importante.

Uma terceira coisa que eu queria dizer: vocês sabem que, quando um investidor estrangeiro vem ao Brasil ou mesmo um brasileiro, eu ainda não calculei a quantidade de horas e de quilômetros que ele anda para que possa ser atendido por todas as partes do Governo. Ele passa no Itamaraty, proseia, toma um café e vai ao ministério do Trabalho saber quais são as regras e, durante mais uma hora, duas horas, proseia, isso se o ministro estiver; se não, conversa com o secretário-executivo e volta para o ministro depois; aí, ele quer saber como está a educação no Brasil e passa lá no Tarso Genro; quer saber quais as dificuldades do meio ambiente e vai lá na Marina; aí, ele passa no



Furlan, passa no Guido, passa no Gushiken, no José Dirceu, passa no Eduardo Campos; depois, vai ao Palocci, vai ao Meirelles; se tiver muita força, ele pede uma conversinha com o presidente da República. E isso leva meses e meses.

Então, vamos propor – que é uma coisa que eu gostaria que vocês também discutissem aqui – uma “sala de situação” para investimentos. O que é uma “sala de situação” para investimentos? A minha idéia – e vocês podem discutir aqui – é colocar isso subordinado a uma figura importante da República, no caso, o vice-presidente José Alencar, que tem experiência empresarial – e, diga-se, de passagem: bem-sucedida – para cuidar dessa “sala de situação”, onde teremos figuras importantes de cada ministério. Cada ministério envolvido terá um representante, da Receita Federal ao ministério do Meio Ambiente.

Então, quando esse investidor – seja lá um chinês ou um finlandês, seja um americano ou um argentino – vier ao Brasil para discutir investimentos, ele vai a essa “sala de situação”. Ele vai ter, num só bloco, contato com todas as facilidades e com todas as dificuldades e essa própria “sala de situação” é que tentará encaminhar as soluções para facilitar o investimento.

Porque se a pessoa vier para investir no Brasil e detectar que tem muita dificuldade, ela vai investir em outro lugar. E vai investir porque tem pressa de investimento.

Então, nós queremos demonstrar, com isso, que quem tem pressa de receber os investimentos somos nós, quem tem pressa para fazer com que as coisas aconteçam, aqui no Brasil, somos nós. Não pensem vocês que todo mundo gostou quando o Palocci, na semana passada, anunciou junto comigo a questão da construção civil. Teve gente que não gostou, mas também nem Jesus Cristo conseguiu unanimidade. Por que nós haveríamos de construir unanimidade para cada coisa? Nós vamos fazendo a arte do possível.

Vejam vocês, quando a gente discute juros, a gente nunca discutiu porque em janeiro houve o início da retomada da inflação. Quem sabe fosse



importante o Conselho, não hoje porque já tem uma pauta definida, mas em algum momento perder um tempo discutindo o que fazer quando um determinado setor da economia brasileira tem sede, não de justiça, mas sede de ganhar mais rapidamente aquilo que ele poderia ganhar em 3 ou 4 meses, aproveitando o poder de compra de alguns segmentos da sociedade e, ao invés de vender mais, aumenta o preço.

É engraçado porque ninguém fala disso. É o Governo que tem que reclamar disso, porque, como todo mundo reclama do Governo, o Governo se dá ao luxo de reclamar. O que fazer? Quais instrumentos que vocês indicariam para o Governo evitar que isso acontecesse?

Eu não conheço muitos. Um deles são os juros, mas o outro poderia ser a redução de alíquotas de importação daquele produto similar a zero. Aí, certamente o Maurinho, o Paulinho, o João Felício, o Vacari e o Jorginho iriam fazer uma passeata dizendo que isso estaria causando desemprego.

Mas alguém precisa dizer: faz um mecanismo. Porque fazer política de controle de preço como já foi feita no Brasil, está provado que não dá certo, que o povo paga mais caro no mercado negro ou no mercado paralelo. Então, é preciso que vocês discutam o que fazer numa situação como esta.

Nós, hoje, podemos dizer para vocês: estamos mais próximos de atingir a meta de 5,5% de inflação do que em qualquer outro momento deste país. Aí, aparece alguém e diz assim: “Puxa vida, mas porque 5,5%? Não pode ser 6%? Não pode deixar chegar aos 7%?” Ora, quem quer que chegue aos 6% vai querer que chegue aos 7%, vai querer que chegue aos 8%, vai querer que chegue aos 9%. Sempre é possível 1% a mais.

Ou seja, nós poderemos até ter 1% a mais de inflação se não tivermos competência de cumprir aquilo que nós mesmos determinamos. É que nem criança que vai para a escola. A criança sabe que, para estar tranqüila, tem que tirar 9, 10, todo mês, para chegar no meio do ano e saber que vai passar. Mas tem criança que sabe o seguinte: o mínimo é 5, essa é a média e ele não



estuda para ter mais que 5, nunca. Está sempre na rebarba. Ou seja, chega no final do ano e fica para a recuperação.

Nós não queremos ficar para recuperação, nós queremos controlar a inflação, porque a inflação é a base que pode garantir aos trabalhadores brasileiros não terem prejuízos já nos seus baixos salários. Possivelmente, iremos conseguir isso se continuarmos com a serenidade e com a seriedade com que precisamos levar a política econômica brasileira.

Por fim, nesta semana, tomei a iniciativa de ligar para os principais presidentes dos países mais importantes, que têm mais peso no FMI, para discutir algumas coisas que interessavam não apenas ao Brasil, mas à América Latina, e para discutir também o problema da Argentina, porque nós, brasileiros, temos que ter todo interesse de a Argentina ter o maior sucesso e o mais extraordinário sucesso na sua política econômica, pela importância da parceria que temos com o país.

Liguei para o Bush, liguei para o Tony Blair, liguei para Schröder, na Alemanha, liguei para o Aznar, falei com o ministro Durão, falei com o Chirac, pedindo para que eles intercedessem – porque isso é uma decisão política – junto aos seus pares no FMI, para que se mudasse a contabilidade do FMI, para que se permitisse que a América latina tivesse uma chance de investimento em infra-estrutura, porque, hoje, muitas vezes, uma empresa pública, mesmo lucrativa, e mesmo que o investimento seja lucrativo, o investimento é visto como gasto e, portanto, entra no superávit e não pode ser investido.

Eu acho que temos boas possibilidades de conseguir esse intento, se soubermos convencer as pessoas. E acredito que talvez a gente possa ter a surpresa de ver essas mudanças dentro do FMI, o que iria beneficiar países muito importantes, países que estão em situações, eu diria, delicadas, do ponto de vista do investimento em infra-estrutura. E todos sabemos que sem estradas, sem ferrovias, sem hidrovias, sem telecomunicação e sem energia



elétrica, a chance de um país crescer é quase nenhuma.

Lembro de um famoso ministro dos Transportes do Brasil que, depois de oito anos no governo, em 2002, declarou: “As estradas brasileiras estão em condições imprestáveis”. Isso depois de ser ministro por oito anos.

Nós tivemos que tapar buracos em 38 mil quilômetros, meu querido Jaques Wagner, 38 mil quilômetros só tapando buracos, porque, no Brasil, você faz a estrada mas, depois, não faz manutenção, salvo em alguns lugares do Brasil. E nós, então, depois de recuperarmos 38 mil quilômetros de buracos, com as chuvas que deram, agora, no Nordeste, vamos ter que recuperar todos os buracos outra vez, porque a chuva não leu o Orçamento, não percebeu as dificuldades. E nós, ao invés de ficarmos criticando a natureza, vamos ter só que pedir a Deus, pois o povo do Nordeste, desde o tempo da minha mãe, andava rezando, acendendo vela para chover. Estamos muito agradecidos pela chuva. É verdade que a chuva prejudicou algumas pessoas, algumas milhares de pessoas. Mas a verdade é que a chuva no Nordeste vai trazer alegria para milhões e milhões de nordestinos durante alguns anos.

Ainda ontem, eu conversava com um governador, que dizia para mim: “Lula, se pedissem para mim hoje: chova o tanto que choveu e encha de água o meu estado, eu diria: chova; chova, porque os prejuízos serão infinitamente menores do que os lucros que aquele povo vai ter.”

Por isso, meus companheiros, eu quero dizer a vocês que estamos começando um novo ano, onde o nosso querido Conselho pode prestar mais e melhores informações e sugestões para os debates. Acho que nessa chamada nova política industrial que o Furlan anunciou, aqui, para vocês debaterem, é um momento importante para que os representantes empresariais e os sindicais entrem de corpo e alma para estruturar sem pensar no imediatismo de amanhã ou depois de amanhã. Mas pensar numa coisa que seja sólida, e que cada passo seja plantado com a dureza que nós precisamos.



Se não fosse outra coisa que me desse otimismo, eu queria lembrar a vocês: no ano passado, o BNDES teve 35 bilhões para financiamento, este ano vai ter 47 bilhões e 300, ou seja, 35% a mais do que teve e quero dizer para vocês que se tiver projeto não faltará dinheiro.

Trabalhem com a máxima de que o que faz o dinheiro é o projeto, ou melhor, o que faz o dinheiro é o bom projeto. Se tiver o projeto, tem o dinheiro. Agora, se você tiver dinheiro sem projeto, você pode gastar à toa o dinheiro que tem.

Este ano, certamente, a Caixa Econômica sai do investimento de 5,1 bilhões para 10 bilhões e 700 milhões, ou seja, 101% a mais para investimentos. Vamos ter o dobro do dinheiro que tivemos para saneamento básico e vamos tentar concentrar investimento em saneamento e habitação popular nas grandes regiões metropolitanas, levando em conta o índice de desemprego e o índice de violência, para que possamos tentar enfrentar esses dois problemas com o potencial de investimento que tem a Caixa Econômica Federal.

E o Banco do Brasil, só para investimento, sai de 4,7 bilhões para 7,6 bilhões, mais 62%. Ou seja, são números que demonstram que não há porque a gente não ter confiança de que as coisas vão de vento em popa. Os empregos virão com o tempo, na medida em que a economia comece a crescer.

Há toda uma preocupação, vocês lembram – isso é importante falar porque muitas vezes se trabalha com rebate falso. Aqui no Brasil se vendeu a idéia, no ano passado, de que o Governo estava maravilhoso, na macroeconomia, mas a política social não ia bem e os conselheiros, possivelmente, não tenham essa informação. Aqui no Brasil nós temos planos de política social que dá 7 reais às pessoas. Ou seja, o Vale Gás. Há um tempo, se criou, não política social, se criou política de ministério, muito mais pensando na eleição seguinte do que em política social.



A média de todos os planos, a média de dinheiro de todos os planos sociais do Governo, entre Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Vale Gás e outros vales, era de 22 reais. Nós lançamos o Bolsa Família em outubro. Eu me lembro que era outubro porque o dia do lançamento era no dia do meu aniversário e eu não quis lançar para não combinar com o meu aniversário. E nós chegamos no dia 31 de dezembro com 3 milhões 615 mil famílias dentro do Bolsa Família. Este ano chegaremos, até junho, a colocar mais 901 mil pessoas. E aproveitando aqui a Ana Fonseca, que é a secretária-executiva, quero dizer que nós chegaremos ao final de dezembro com aproximadamente 6 milhões e meio de pessoas no Bolsa Família, e isso irá perfazer quase 25 milhões de pessoas.

Se não bastasse o número de pessoas, nós estamos saindo de uma média de 22 reais para uma média de 72 reais. Ou seja, 3 vezes mais do que o que se pagava em políticas de transferência de renda no país.

Lógico que é pouco. Eu digo sempre que a melhor política de transferência de renda foi aquela que aprovamos na Constituição de 88, que foi a aposentadoria rural. Mas não há recursos para fazer isso. Quem sabe, um dia teremos. E, aí, outra vez, depende da possibilidade de crescimento da economia brasileira.

Por isso, meus companheiros, eu quero pedir a vocês que este Conselho, ao terminar o nosso mandato, tenha passado para a História em função daquilo que tenha feito para o país.

Se vocês vieram aqui só para falar bem do Governo, erraram. Se vieram aqui só para falar mal do Governo, erraram. Se vieram aqui só para se queixar, erraram mais ainda. Este Conselho – foi dito no início e vou repetir agora – é a primeira vez que a sociedade civil organizada, através das suas entidades e das mais diferentes instâncias em que ela se organiza, tem a oportunidade de dizer o tipo de Brasil que a gente deseja e o tipo de coisas que a gente poderia fazer no país.



Então, eu acho que este é o papel de vocês. Não meçam palavras de elogio, não meçam palavras de crítica. Meçam apenas as boas propostas que vocês podem fazer para serem executadas por este ou por outro Governo.

Muito obrigado.

/lrj/cms